



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

**HABEAS CORPUS Nº 681289 - SP (2021/0225953-5)**

**RELATOR** : **MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ**  
**IMPETRANTE** : WILLIAM ROGER NEME  
**ADVOGADO** : WILLIAM ROGER NEME - SP207370  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**PACIENTE** : FELIPE SOARES DE OLIVEIRA (PRESO)  
**CORRÉU** : WILLIAN BONNER DOMICIANO SILVA  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

### DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de FELIPE SOARES DE OLIVEIRA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO, nos autos do HC 2108903-66.2021.8.26.0000.

Consta dos autos que o paciente se encontra preso preventivamente pela suposta prática dos delitos descritos nos arts. 33 e 35, da Lei nº 11.343/2006.

Aduz o impetrante a ocorrência de constrangimento ilegal decorrente de acórdão prolatado pelo Tribunal *a quo*, que indeferiu o processamento do HC impetrado pela defesa.

O acórdão impugnado traz a seguinte ementa (fl. 25):

*HABEAS CORPUS*. TRÁFICO DE DROGAS - DECLARAÇÃO DE NULIDADE DA PRISÃO EM FLAGRANTE por ilegalidade – Impossibilidade - Presença de entorpecentes dentro da residência do paciente - Estado de flagrância - Crime permanente – Ilegalidade não constatada - REVOGAÇÃO DA CUSTÓDIA PREVENTIVA. Inadmissibilidade - Índícios de autoria e materialidade a autorizara manutenção da prisão - Presença dos requisitos contidos no artigo 312, do Código de Processo Penal - A grande quantidade de entorpecentes é circunstância que demonstra a necessidade da manutenção da medida excepcional para preservação da ordem pública, visto que sugere que o paciente possa estar exercendo o tráfico para o seu sustento A soltura do paciente pode redundar no seu retorno à odiosa prática da traficância – Ordem denegada.

Alega, em síntese, que a prisão preventiva é ilegal pois deriva de uma prisão em flagrante que nunca existiu (fl. 4). Sustenta ainda que é primário, possui bons

antecedentes, residência fixa, tem atividade econômica lícita e laços familiares.

Requer a concessão da ordem, liminarmente e no mérito, para que seja concedida ao paciente a liberdade provisória sem fiança, com a expedição do competente alvará de soltura.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 18 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS  
Presidente